

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

SOCIAL ENTREPRENEURSHIP IN EDUCATION

Recebido em: 03/03/2025

Aceito em: 30/04/2025

Publicado em: 21/06/2025

Caio Henrique Martins de Souza¹ 
Universidade de Mogi das Cruzes

Renata Jimenez de Almeida-Scabbia² 
Universidade de Mogi das Cruzes

Fabiano Bezerra Menegidio³ 
Universidade de Mogi das Cruzes

Daniela Leite Jabes⁴ 
Universidade de Mogi das Cruzes

Resumo: O Empreendedorismo Social (ES) tem se consolidado como uma ferramenta importante para promover a justiça social, especialmente no contexto educacional. Sua integração nos currículos escolares é essencial para que os alunos desenvolvam competências empreendedoras e se tornem cidadãos críticos e conscientes das questões sociais, políticas e econômicas. A inserção do ES na educação exige uma análise crítica da visão educacional, com o objetivo de promover a transformação integral do indivíduo e prepará-lo para os desafios contemporâneos. Projetos como o “Educação Empreendedora: Sonhos e Práticas” demonstram a eficácia do ES ao desenvolver habilidades empreendedoras em alunos de escolas públicas, gerando soluções inovadoras para problemas locais e envolvendo alunos, educadores e a comunidade escolar. Assim, o ES cria oportunidades econômicas e promove direitos humanos, igualdade social e desenvolvimento sustentável. A implementação eficaz requer apoio de políticas públicas que garantam acesso igualitário aos alunos, especialmente aos mais vulneráveis. Os projetos devem ser adaptados às realidades locais, considerando saberes e especificidades de cada comunidade. A colaboração entre escolas, universidades e outras entidades fortalece o impacto do ES, criando um ecossistema sustentável para a inovação social e a transformação das estruturas que perpetuam desigualdades.

Palavras-chave: Educação Empreendedora; Empreendedorismo Social; Formação Cidadã; Equidade Educacional; Transformação Social.

Abstract: Social Entrepreneurship (SE) has become an important tool for promoting social justice, especially in the educational context. Its integration into school curricula is essential for students to develop entrepreneurial skills and become critical citizens, aware of social, political, and economic issues. The inclusion of SE in education requires a critical analysis of educational perspectives, aiming to promote the holistic transformation of individuals and prepare them for contemporary challenges. Projects such as “Entrepreneurial Education: Dreams and Practices” demonstrate the effectiveness of SE by developing entrepreneurial skills in public school students, generating innovative solutions to local problems and engaging students, educators, and the school community. Thus, SE creates economic opportunities and promotes human rights, social equality, and sustainable development.

¹ Mestrando em Políticas Públicas na Universidade de Mogi das Cruzes. E-mail: caiomartinshe@outlook.com

² Doutora em Ciências Biológicas e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes. E-mail: renatascabbia@umc.br

³ Doutor em Biotecnologia e pesquisador do Programas de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica e Biotecnologia da Universidade de Mogi das Cruzes. E-mail: fabianomenegidio@umc.br

⁴ Doutora em Ciências e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e PPG em Biotecnologia da Universidade de Mogi das Cruzes. E-mail: danielajabes@umc.br

Effective implementation requires public policies that ensure equal access for all students, especially the most vulnerable. Projects must be adapted to local realities, considering the knowledge and specificities of each community. Collaboration between schools, universities, and other institutions strengthens the impact of SE, creating a sustainable ecosystem for social innovation and the transformation of structures that perpetuate inequalities.

Keywords: Entrepreneurial Education; Social Entrepreneurship; Citizenship Education; Educational Equity; Social Transformation.

INTRODUÇÃO

O conceito de empreendedorismo social é relativamente recente e ainda está em desenvolvimento, embora as atividades empreendedoras tenham sido recorrentes ao longo da história da humanidade. Joseph Alois Schumpeter, economista austríaco, foi um dos primeiros a explorar a ideia do empreendedorismo em seu livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia" (1942). Schumpeter introduziu a Teoria da Destruição Criativa, na qual descreve o empreendedorismo como um processo de inovação contínua que cria novos produtos, serviços e empresas em resposta às necessidades dos consumidores (Oliveira *et al.*, 2020). No entanto, o empreendedorismo social vai além da simples criação de valor econômico. Ele se distingue por sua ênfase na geração de impacto social positivo, e busca soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais. Essa abordagem integra princípios de justiça social e inclusão, oferecendo uma perspectiva mais holística e humanizadora para a educação empreendedora (Manfré, 2023).

No ambiente escolar, a educação empreendedora é realizada com vistas a desenvolver competências racionais e socioemocionais nos estudantes, preparando-os para os desafios do século XXI. A escola, vista como um espaço educativo privilegiado, tem a responsabilidade de formar indivíduos autônomos, competitivos, conscientes e protagonistas (Brasil, 1996). Essa formação deve incluir habilidades como comunicação, produtividade, colaboração e abertura ao novo. Há, portanto, a necessidade de preparar os estudantes para empreender de forma constante e resolver situações-problema no contexto em que atuam (Brasil, 2017; Manfré, 2023).

Dessa forma, a educação empreendedora, com ênfase no empreendedorismo social, pode ser uma ferramenta eficaz para promover os direitos humanos e a diversidade cultural. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o presente estudo se propõe a discutir sobre os impactos dessa integração no desenvolvimento de competências que superaram o mercado de trabalho e podem promover uma cidadania ativa e consciente.

As motivações do estudo estão ancoradas na necessidade de preparar os estudantes para enfrentar desafios sociais e ambientais por meio do empreendedorismo social, um conceito que, embora historicamente presente, tem ganhado destaque como ferramenta de

impacto positivo. O estudo se justifica ao explorar como a educação empreendedora social pode atuar como estratégia pedagógica para reduzir desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, de gênero e culturais no ambiente escolar. Ao integrar essa abordagem ao currículo escolar, é possível viabilizar equidade educacional, valorização da diversidade e enfrentamento da discriminação, preparando os alunos para atuar de forma crítica e transformadora na sociedade.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão de literatura interdisciplinar, com o objetivo de analisar os impactos da educação empreendedora social na promoção dos direitos humanos, na valorização da diversidade cultural e na redução das desigualdades sociais no contexto escolar. A pesquisa se baseou na seleção de obras acadêmicas e documentos normativos que abordam o empreendedorismo social, a educação crítica e a formação cidadã, visando possibilitar um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas e práticas. Além disso, foram contemplados autores do campo da educação, com foco no papel da escola na construção de uma cidadania ativa, consciente e inclusiva. A pesquisa também incluiu análises sobre a realidade do empreendedorismo no Brasil, permitindo uma reflexão sobre os desafios e as possibilidades dessa abordagem no ambiente escolar. A reflexão sobre como o empreendedorismo social pode ser uma ferramenta eficaz para enfrentar desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, de gênero e culturais, está no cerne da análise, que busca contribuir para a implementação de práticas pedagógicas que proporcionem equidade educacional e a valorização da diversidade.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O conceito de empreendedorismo social tem ganhado significativa atenção nos últimos anos, despertando o interesse de acadêmicos e empreendedores. Embora o termo exista há décadas, sua definição e conceituação continuam sendo temas de debate, frequentemente destacando sua combinação única de elementos sociais e empreendedores (Sauermann, 2023). Uma das primeiras e mais influentes definições de empreendedorismo social foi apresentada por Dees (1998), que o definiu como "o processo de criar soluções inovadoras para problemas sociais que sejam sustentáveis e gerem valor social." Essa definição enfatiza a importância da inovação, sustentabilidade e criação de valor social como componentes essenciais do empreendedorismo social.

De forma similar, Mair e Marti (2006) destacam a importância da criação de valor social, definindo empreendedorismo social como "uma solução nova para um problema social que é mais eficaz, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e cuja criação de valor beneficia principalmente a sociedade como um todo, em vez de indivíduos privados." Essa definição ressalta a contribuição única do empreendedorismo social em criar soluções que beneficiam a sociedade como um todo.

Outros estudiosos têm focado nos aspectos empreendedores do empreendedorismo social, enfatizando o papel da inovação, tomada de riscos e identificação de oportunidades na criação de valor social. Austin, Stevenson & Wei-Skillern (2006) definem empreendedorismo social como "um processo de identificar, avaliar e aproveitar uma oportunidade para criar valor social por meio da criação de um novo empreendimento ou da transformação de uma organização existente." Santos (2012) acrescenta a essa definição, abrangendo várias estruturas organizacionais, incluindo organizações sem fins lucrativos, empresas sociais com fins lucrativos, organizações híbridas e cooperativas. Enquanto alguns empreendedores sociais optam por estabelecer organizações sem fins lucrativos que dependem de doações, subsídios ou subvenções, outros escolhem uma abordagem mais orientada para o mercado, gerando receita através da venda de produtos ou serviços com benefícios sociais ou ambientais (Defourny; Nyssens, 2010; Sauermann, 2023).

É essencial considerar o papel do contexto na formação do empreendedorismo social, bem como em sua manifestação e impacto. O empreendedorismo social pode variar entre regiões, setores (como saúde, educação, meio ambiente) e configurações culturais, com diversos fatores locais influenciando o tipo de empresas sociais e os problemas sociais específicos que elas abordam (Zahra *et al.*, 2009). Compreender o papel do contexto no empreendedorismo social é definitivo para desenvolver estratégias e políticas eficazes para apoiar e expandir iniciativas de empreendedorismo social. Por exemplo, na América Latina, o empreendedorismo social é fortemente influenciado pela história de ativismo comunitário e movimentos sociais da região (Mair; Noboa, 2006), enquanto na Europa, é mais influenciado pela tradição de organizações cooperativas e mutualistas (Nyssens, 2006).

Com base nesse entendimento, é importante observar que a definição e conceituação do empreendedorismo social ainda estão em evolução, com acadêmicos e praticantes enfatizando diferentes aspectos dessa abordagem. Uma compreensão detalhada do papel do contexto na formação do empreendedorismo social é essencial para elaborar estratégias e políticas eficazes que apoiem e expandam iniciativas de empreendedorismo social, especialmente em comunidades de baixa renda (Sauermann, 2023).

A falta de oportunidades e o difícil acesso aos direitos contemplados na Constituição Brasileira levam inúmeros cidadãos a integrarem uma nova categoria social: a dos excluídos socialmente. Esse é o campo de atuação do empreendedorismo social, que, numa primeira análise, parece resultar da junção das expectativas não realizadas do empreendedorismo e das problemáticas do Terceiro Setor, agravadas principalmente pelo desemprego (Itelvino *et al.*, 2018; Drucker, 2003).

Para Dornelas (2007), o empreendedor social tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas, envolvendo-se em causas humanitárias com um comprometimento singular. Ele possui um desejo imenso de mudar o mundo, criando oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas. O empreendedor social busca caminhos para desenvolver o ser humano, de acordo com o que é seu por direito, resgatando sua cidadania, não apenas por ser lei, mas para dar dignidade aos indivíduos. Sua ideologia abarca a sociedade e sua transformação, de forma a reestruturar a realidade, tornando-a um espaço em que os cidadãos criam novas organizações, abrem seus próprios negócios, buscam recursos, tecem novas redes de colaboração e apoio mútuo, investem seu tempo e recursos naquilo em que acreditam e alimentam seus sonhos de transformação (Itelvino *et al.*, 2018; Melo Neto; Frões, 2002).

De modo geral, a Educação Empreendedora (EE) busca desenvolver e aprimorar a conscientização sobre o empreendedorismo, a motivação, o conhecimento, as habilidades e outras competências empreendedoras necessárias para empreender e gerenciar atividades empreendedoras de forma eficaz. Nesse sentido, pode-se argumentar que a educação idealmente se esforçaria para alcançar objetivos semelhantes no contexto do Empreendedorismo Social. A questão central da sustentabilidade para os empreendimentos sociais exige habilidades de gestão e empreendedoras, como geração de ideias, identificação e exploração de oportunidades, obtenção de fundos, garantia de lucro comercial para reinvestimento, gestão eficiente e administração dos recursos, além de uma compreensão dos modelos de negócios e rotas de mercado (Shahid; Alarifi, 2021).

Diante desse cenário, tem-se consolidado um consenso crescente de que os empreendedores sociais constituem uma categoria distinta de empreendedores. Nesse sentido, concentrar-se neles como ponto de partida para o desenvolvimento de programas de Educação Empreendedora Social (EES) pode favorecer a criação de abordagens pedagógicas que priorizem o aprendiz, em vez de focar no professor (Shahid; Alarifi, 2021).

Os empreendedores sociais têm sido considerados agentes de mudança, impulsionados principalmente por seus valores sociais e por uma visão inspiradora. Além

disso, ao contrário dos empreendedores comerciais, os empreendedores sociais emergem como líderes altamente colaborativos com uma habilidade substancial para colaborar e estabelecer redes. Alguns autores argumentam que as pessoas que ingressam nessas organizações pertencem a uma categoria diferenciada e enfatizam a posse de "habilidades de negócios e um propósito social pragmático, aliado a uma paixão social pelo seu trabalho". O empreendedor social desenvolve a capacidade de gerar inovação ao identificar diferentes maneiras de modificar as condições de vida dos excluídos da sociedade. Isso ocorre não como mero trabalho filantrópico, mas como um processo de desenvolvimento humanitário (Shahid; Alarifi, 2021).

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O empreendedorismo social integra valores como proatividade, liderança, trabalho em equipe, capacidade de planejamento, além de sensibilidade e empatia para compreender o contexto dos alunos e identificar necessidades a serem atendidas. Esses valores, provenientes do empreendedorismo tradicional – que foca na criação, manutenção e lucro de uma empresa – combinados com práticas socioemocionais, são essenciais para a educação da nova geração, alinhando-se completamente com as demandas sociais contemporâneas (Brasil, 2017; Manfré, 2023).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabelece, no Título I – Educação, Art. 1º, que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996).

Adicionalmente, no item II, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, a lei afirma que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996).

Este contexto legal evidencia a importância de diversos espaços e contextos de formação, que contribuem para o desenvolvimento do educando e para o exercício pleno da cidadania, concretizando-se com a qualificação para o trabalho. A função do Estado é acompanhar os processos formativos realizados nas instituições de ensino e

pesquisa, refletindo a formalização da educação. No entanto, a Lei também reconhece que atividades educativas são desenvolvidas em outros espaços sociais, como a família, grupos de amigos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Diante do exposto, destaca-se a relevância do conceito de Educação Social, cuja finalidade é preparar o indivíduo para a convivência e inserção na sociedade. Isso se dá por meio do desenvolvimento da consciência social e da formação de uma identidade pessoal, social e cultural ao longo de sua trajetória de vida. Portanto, a educação deve ser vista como um processo social integral, alinhando-se às necessidades e contextos dos indivíduos (Vieira; Vieira, 2016).

Os processos formativos são construídos e reconstruídos a partir dos conhecimentos adquiridos em diferentes espaços sociais, que definem

[...] a forma a que incorporamos tanto os ‘saberes’ formais e cotidianos quanto os valores e crenças com os quais entramos em contato, e que, por sua vez, definem as nossas possibilidades de ação sobre o mundo (Oliveira, 2008).

Os saberes cotidianos são internalizados a partir das relações estabelecidas pelo educando em espaços sociais informais e não formais e, portanto, a educação não formal deve ser entendida como um processo complementar à educação escolar, não como uma oposição, e deve ser considerada um meio de transformação coletiva (Itelvino *et al.*, 2018).

Há relatos internacionais que reportam recentes avanços na Educação Social Empreendedora (ESE) por parte de escolas de negócios, bem como de outras instituições acadêmicas e de formação em empreendedorismo, como cursos de curta duração, disciplinas eletivas e, em menor escala, especializações em cursos de graduação e pós-graduação em empreendedorismo social e outras disciplinas correlatas em diversas partes do mundo (por exemplo, *Harvard Business School, Stanford, Duke, Indiana, e Yale University* - EUA, Universidade de Genebra e *Berkeley*, Universidade de *Cambridge*, Universidade de Navarra, Universidade de *Oxford* - Europa; *Asian Institute of Management, National University of Singapore, Younus Business School, Social Enterprise Academy, Tata Institute of Social Science* - Ásia, *University of Pretoria, University of Johannesburg* - África).

Além disso, a educação em empreendedorismo social e o treinamento têm sido fortalecidos por meio da criação de Centros dedicados em diversas regiões. Esses centros são fundamentais no apoio a um amplo espectro de iniciativas de ensino, aprendizagem, mentoria e pesquisa em EES e desenvolvimento comunitário (*ASHOKA Foundation; Skoll Centre for Social Entrepreneurship; Asia Centre for Social Entrepreneurship and*

Philanthropy (ACSEP), entre outros). Esses centros desempenham um papel central na estimulação, incubação, mentoria e fornecimento de apoio financeiro para empreendedores sociais em potencial e em atividade. Paralelamente, a ESE está ganhando relevância no meio acadêmico, contudo, apesar de algumas tentativas recentes de conceitualizar a ESE, a literatura sobre o tema ainda é fragmentada e baseada em relatos isolados, sem um quadro sistemático claramente desenvolvido até o momento (Shahid; Alarifi, 2021).

Adicionalmente, é comum pensar que a educação empreendedora está mais fortemente associada às intenções empreendedoras dos estudantes. Por outro lado, estudantes de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) geralmente enfrentam obstáculos substanciais ao decidir implementar e comercializar suas ideias. Dentre os principais desafios, destacam-se a falta de habilidades interpessoais e empreendedoras, a escassez de conhecimento em gestão financeira, marketing, pesquisa de mercado e gestão de recursos humanos, além da escassez de recursos financeiros para registrar e desenvolver suas ideias (Rocha; Paço; Alves, 2024).

Assim, a implementação do empreendedorismo social nas escolas pode auxiliar significativamente no cumprimento dos objetivos institucionais, proporcionando um propósito claro e ações efetivas que beneficiam tanto a comunidade escolar quanto a comunidade em geral. As relações entre a escola e a comunidade circundante são fortalecidas por meio dos projetos desenvolvidos pelos alunos nas atividades de empreendedorismo social. Portanto, as ações promovidas pela escola por meio do empreendedorismo social são uma forma de engajar pais e responsáveis nas atividades escolares. Integrar a comunidade escolar em torno de um propósito comum é um dos benefícios destacados do empreendedorismo social, promovendo um ambiente de cooperação e desenvolvimento mútuo.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA SOCIAL COMO PRÁTICA ESCOLAR NO ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

O mundo contemporâneo enfrenta desafios sociais, ambientais e econômicos cada vez mais complexos, exigindo soluções inovadoras e a cooperação de diversos setores. As comunidades de baixa renda são particularmente vulneráveis, pois enfrentam acesso limitado a bens e serviços essenciais, elevadas taxas de pobreza e desigualdade, além de escassas oportunidades econômicas. Nesse contexto, o empreendedorismo social tem se consolidado como uma estratégia eficaz para lidar com essas questões, ao combinar princípios empreendedores com a criação de valor social e o desenvolvimento sustentável, suprimindo demandas não atendidas por meio de iniciativas inovadoras (Pascal, 2023).

O projeto “Educação Empreendedora: Sonhos e Práticas” exemplifica uma abordagem inovadora ao integrar o empreendedorismo social à educação, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para a formação cidadã e profissional dos estudantes. Implementado em 2016 na Escola Estadual Américo Martins, em Montes Claros (MG), pela professora de língua portuguesa Sande Polyana Silva Almeida, o projeto surgiu da necessidade de engajar os alunos e incentivá-los a construir seus projetos de vida. Inicialmente destinado a 150 estudantes, a iniciativa expandiu-se ao longo dos anos, mobilizando a gestão escolar, docentes, familiares e parceiros da comunidade (SEBRAE Minas, 2019).

As atividades desenvolvidas articularam conteúdos curriculares com práticas empreendedoras, resultando na criação de empresas estudantis e na organização de feiras temáticas. Além de aprimorar o engajamento discente, a iniciativa estimulou novas estratégias pedagógicas na escola e contribuiu para melhorias nos espaços físicos, ampliando as perspectivas profissionais dos estudantes. A experiência vivenciada pelos participantes reforça a relevância do empreendedorismo social como ferramenta educacional. “Participar do projeto foi uma das melhores experiências que tive no ensino médio. Aprendi que um *hobby* pode se tornar uma profissão e que empreender vai muito além de abrir um negócio. Desenvolvi novas habilidades e aprimorei aquelas que já possuía”, relata Rayane, uma das alunas beneficiadas pela iniciativa (SEBRAE Minas, 2019).

Outra experiência relevante nesse contexto é a do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Jacarezinho, que desde 2015 implementa um modelo curricular inovador voltado à autonomia dos estudantes. Nessa proposta, os alunos escolhem as unidades curriculares que desejam cursar, substituindo a estrutura tradicional de disciplinas e séries. Esse modelo busca integrar o aprendizado às necessidades regionais, incentivando projetos de pesquisa e extensão direcionados ao desenvolvimento local. Além disso, a instituição participa de iniciativas como o Sistema Regional de Inovação do Norte Pioneiro do Paraná e promove a feira *GeniusCon*, um dos maiores eventos de inovação e empreendedorismo da região, em parceria com o Sebrae. Essas ações estimulam os estudantes a utilizar metodologias como *design thinking* e *canvas* para desenvolver soluções inovadoras para desafios locais. Com isso, o IFPR Jacarezinho fortalece o compromisso dos estudantes com o território, promovendo um ensino dinâmico baseado na resolução de problemas e no desenvolvimento de competências práticas, contribuindo para a permanência dos jovens na região e para a transformação socioeconômica do município (Movimento de Inovação na Educação, 2015).

O Núcleo Avançado em Educação (NAVE), presente na Escola Técnica Estadual Cícero Dias, em Recife (PE), e no Colégio Estadual José Leite Lopes, no Rio de

Janeiro (RJ), também se destaca na promoção do empreendedorismo social entre os estudantes do ensino médio. Utilizando metodologias ágeis, design thinking e aprendizagem baseada em projetos, os alunos são incentivados a desenvolver soluções tecnológicas para desafios sociais, adquirindo tanto conhecimentos técnicos quanto habilidades empreendedoras. O programa ainda estabelece conexões entre os estudantes e agentes do ecossistema de inovação, possibilitando a participação em desafios e mentorias especializadas. Um exemplo disso é a trajetória de Vinnicius Rodrigo, que, ao longo de sua formação no NAVE, fundou a startup Cordel, voltada para o desenvolvimento de jogos educativos, e foi selecionado para um programa de incentivo ao empreendedorismo. De maneira semelhante, no NAVE Rio, os estudantes desenvolvem projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e participam de iniciativas como *hackathons* e desafios internacionais. Essas experiências ampliam as oportunidades dos egressos, como no caso de Carol Marcelli, que aprimorou seu aplicativo SUPIMPA durante sua participação no NAVE e, posteriormente, conquistou espaço no *Apple Developer Academy*. Essas práticas pedagógicas fortalecem a autonomia e o protagonismo dos estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho e incentivando o impacto social positivo por meio da tecnologia e da inovação.

Dessa forma, as iniciativas de educação empreendedora social demonstram o potencial da escola como um espaço transformador, onde os alunos não se limitam à aquisição de conhecimento, mas desenvolvem competências que os capacitam a intervir de maneira significativa em sua realidade. O empreendedorismo social na educação, proposta que integra práticas inovadoras ao currículo, fortalece o protagonismo juvenil e amplia as possibilidades de gerar impacto positivo na sociedade.

DISCUSSÃO

O empreendedorismo social é uma importante ferramenta para a promoção da justiça social e construção de uma sociedade mais equitativa. No entanto, sua inserção na educação demanda uma análise cuidadosa da visão de educação que se deseja promover. A educação, além de ser um meio de transmissão de conhecimentos, deve ser entendida como uma prática formativa que visa a transformação integral do indivíduo. Ao incorporar o empreendedorismo social no currículo escolar, é fundamental que esse processo seja orientado por uma educação que vá além da capacitação técnica. Deve-se priorizar a formação de cidadãos críticos e conscientes, preparados para além do mercado de trabalho, ou seja, para os desafios sociais e ambientais que marcam a realidade contemporânea.

Neste sentido, a escola tem um papel essencial na formação humana. Ela deve ser um espaço de desenvolvimento integral, onde os alunos possam compreender suas responsabilidades sociais e agir de maneira ética e solidária (Conselho Nacional do Ministério Público, 2014). Ao trabalhar o empreendedorismo social nas escolas, o objetivo não se limita a ensinar práticas empreendedoras, mas se amplia para engajar os estudantes em um processo de conscientização sobre as questões sociais, políticas e econômicas que afetam suas comunidades e o mundo em geral. Portanto, é possível formar indivíduos que compreendam as raízes dessas problemáticas e se tornem agentes de transformação ao incluir temas como a desigualdade social, a exclusão e a marginalização ao conteúdo educacional.

A transformação social, nesse contexto, deve ser compreendida como um processo contínuo e multifacetado, uma vez que não se trata apenas de gerar novas oportunidades econômicas ou de fomentar a criação de negócios. A verdadeira transformação social ocorre quando se altera a estrutura das relações de poder, se questionam os sistemas que perpetuam as desigualdades e se promovem políticas públicas que visem a equidade social (Sawaia, 2009). Portanto, a educação empreendedora social deve estar alinhada com uma visão crítica das estruturas econômicas, políticas e sociais que geram e perpetuam a desigualdade. É fundamental que os alunos sejam incentivados a criar soluções inovadoras, também compreendam as limitações do mercado e a necessidade de políticas públicas que garantam a sustentabilidade dessas soluções.

Além disso, o empreendedorismo social não deve ser tratado como um caminho para o sucesso individual, mas como uma forma de pensar coletivamente a resolução de problemas. A educação empreendedora social deve ajudar os estudantes a entenderem que a verdadeira inovação não está apenas no produto ou serviço, mas na capacidade de resolver problemas sociais de forma colaborativa e inclusiva. O sucesso de um empreendimento social não pode ser medido apenas pelo lucro financeiro, mas pela sua capacidade de promover mudanças reais e duradouras nas comunidades e nas relações sociais (Itelvino, 2018).

A implementação de projetos empreendedores nos currículos escolares deve considerar a complexidade do ecossistema empreendedor brasileiro, caracterizado por altos índices de falências e desafios estruturais. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca, no componente curricular de Ensino Médio (EM13LGG601), a importância de desenvolver nos estudantes as competências como criatividade, autonomia, resolução de problemas e colaboração, aspectos essenciais para a formação de um empreendedor social (Brasil, 2018). Além disso, é fundamental que os alunos compreendam que o processo envolve fracasso, aprendizado e adaptação, o que prepara os estudantes para lidar com os desafios

e desenvolver resiliência, permitindo uma visão crítica sobre os obstáculos enfrentados pelos empreendedores no Brasil e no mundo.

Por fim, ao integrar o empreendedorismo social na educação, é fundamental que as discussões sobre direitos humanos e igualdade social sejam constantes. O empreendedorismo social, quando direcionado corretamente, pode ser uma ferramenta eficiente para a promoção dos direitos humanos, ao criar soluções que atendam às necessidades das populações marginalizadas e vulneráveis. Entretanto, é necessário garantir que os projetos e as iniciativas empreendedoras respeitem a dignidade humana, busquem a inclusão e se oponham à perpetuação de desigualdades. A educação, nesse sentido, deve promover valores que sustentem uma sociedade mais justa e igualitária, com ênfase na promoção dos direitos humanos e na inclusão de todos.

No contexto educacional, portanto, a implementação de programas de educação empreendedora social deve estar acompanhada por políticas públicas que assegurem acesso igualitário e apoio contínuo aos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A simples inclusão do empreendedorismo social no currículo não será suficiente sem um suporte estruturado que contemple capacitação docente, financiamento adequado e parcerias institucionais que ampliem as oportunidades para os estudantes aplicarem os conhecimentos adquiridos. Assim, a educação empreendedora social deve ser concebida como parte de um esforço mais amplo de transformação social e econômica, e não apenas como um mecanismo de adaptação ao mercado de trabalho.

Reed (2008) alerta para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que transcenda as soluções de mercado, considerando intervenções políticas e estruturais para garantir que o desenvolvimento sustentável seja efetivo e equitativo. Nesse sentido, ao integrar o empreendedorismo social na educação, é essencial que as iniciativas não se limitem a respostas paliativas, mas que promovam mudanças sistêmicas capazes de fortalecer os direitos humanos e a justiça social.

Além disso, a formação de redes colaborativas entre escolas, universidades, organizações da sociedade civil e o setor privado pode fortalecer as iniciativas de empreendedorismo social na educação, criando um ecossistema mais dinâmico e sustentável para o desenvolvimento de projetos de impacto real. A experiência internacional demonstra que centros especializados em educação empreendedora social desempenham um papel essencial na criação e no fortalecimento dessas redes, oferecendo suporte acadêmico e prático para estudantes e empreendedores em potencial. No Brasil, no entanto, ainda há desafios significativos para a institucionalização dessas iniciativas de maneira ampla e

equitativa, o que reforça a necessidade de investimentos e incentivos estruturais para sua expansão.

Outro aspecto relevante é a adaptação dos conteúdos e metodologias do ensino de empreendedorismo social às realidades locais e culturais. Modelos importados, sem a devida contextualização, tendem a ser ineficazes em determinadas comunidades, gerando frustrações e impactos limitados. Portanto, é fundamental que as iniciativas sejam cocriadas com os alunos e as comunidades envolvidas, garantindo que as soluções propostas sejam relevantes, viáveis e sustentáveis a longo prazo. A valorização dos saberes locais e a escuta ativa dos diferentes atores sociais são imprescindíveis para o sucesso dessas iniciativas, além de contribuírem para evitar a reprodução de desigualdades.

Por fim, é necessário reconhecer que o empreendedorismo social na educação deve ser encarado como parte de um conjunto amplo de estratégias voltadas à promoção da justiça social e do desenvolvimento sustentável e não como uma solução isolada para os desafios estruturais da sociedade. Nesse sentido, ao articular a educação empreendedora social com políticas públicas efetivas, redes de colaboração e práticas pedagógicas contextualizadas, amplia-se seu impacto, garantindo que essa abordagem contribua, de fato, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo social destaca-se como uma abordagem inovadora para a resolução de problemas sociais, ao promover uma mudança paradigmática na maneira como a educação empreendedora pode ser concebida e aplicada. Sua integração nos currículos escolares possibilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, como empatia, colaboração e pensamento crítico, capacitando os alunos a se tornarem cidadãos ativos e conscientes em suas comunidades. Essa abordagem, no entanto, deve ir além da simples transmissão de conhecimento, priorizando a transformação social por meio do engajamento direto com as realidades locais.

Ainda assim, é fundamental reconhecer que o empreendedorismo social, embora promissor, enfrenta desafios e limitações. A ênfase excessiva em soluções individuais pode desviar a atenção das estruturas que perpetuam desigualdades sociais. Dessa forma, uma análise crítica das práticas empreendedoras é indispensável para garantir que essas iniciativas não só mitiguem sintomas, mas contribuam para a superação das causas subjacentes dos problemas sociais.

A efetividade do empreendedorismo social na promoção do desenvolvimento sustentável depende da construção de alianças estratégicas entre diferentes setores da sociedade. A colaboração entre escolas, universidades, organizações da sociedade civil e o setor privado pode fortalecer redes de apoio e ampliar o impacto social das iniciativas empreendedoras. Assim, ao fomentar uma educação empreendedora socialmente consciente, é possível cultivar um ambiente em que inovação e solidariedade coexistam, gerando benefícios duradouros para as comunidades.

O futuro do empreendedorismo social e sua integração na educação dependerão de um compromisso coletivo em priorizar valores de justiça social e inclusão. Para que as novas gerações estejam preparadas para enfrentar desafios contemporâneos de forma inovadora e colaborativa, as políticas educacionais devem refletir essa necessidade, ao promoverem uma formação integral que estimule a cidadania ativa e transformação social.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre a formação de professores. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 fev. 2017. Seção 1, p. 1.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Diálogos e mediação de conflitos nas escolas**: guia prático para educadores. Brasília, DF: CNMP, 2014. Disponível em:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Comissoes/CSCCEAP/Di%C3%A1logos_e_Media%C3%A7%C3%A3o_de_Conflitos_nas_Escolas_-_Guia_Pr%C3%A1tico_para_Educadores.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

DEES, J. G. **The meaning of social entrepreneurship**. Stanford University, 1998.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 1, n. 1, p. 32-53, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação e desenvolvimento**: um desafio para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2010.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (intrepreneurship): prática e princípios**. Tradução de Carlos J. Malferrari. 7. reimpr. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ITELVINO, L. DA S. **et al.** Formação do empreendedor social e a educação formal e não formal: um estudo a partir de narrativas de história de vida. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 99, p. 471–504, abr. 2018.

MANFRÉ, A. H. Governando os corpos e empresariando a vida. **Colloquium Humanarum**, v. 20, n. 1, p. 128–150, 2023. DOI: 10.5747/ch.2023.v20.h544. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4468>. Acesso em: 6 ago. 2024.

MAIR, J.; MARTI, I. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. **Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.

MAIR, J.; NOBOA, E. Social entrepreneurship: How intentions to create a social venture are formed. In: MAIR, J.; ROBINSON, J.; HOCKERTS, K. (Eds.). **Social entrepreneurship**. Palgrave Macmillan, 2006. p. 121-135.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOVIMENTO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO. IFPR Campus Jacarezinho. **Movimento de Inovação na Educação**. 2015. Disponível em: <https://movinovacaonaeducacao.org.br/iniciativas-inovadoras/ifpr-campus-jacarezinho/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

NYSENS, M. **Social enterprise: At the crossroads of market, public policies and civil society**. Routledge, 2006.

OLIVEIRA, L. M. S. R. de; OLIVEIRA, L. S. de; SILVA, B. C.; AQUINO, H. P. de. Empreendedorismo social no Brasil. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 10, n. 22, p. 132–148, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1306>. Acesso em: 6 ago. 2024.

PASCAL, A. Empreendedorismo social: uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração e Inovação**, v. 20, n. 2, p. 45-60, 2023.

ROCHA, L.; PAÇO, A.; ALVES, J. Desafios do empreendedorismo no Brasil: habilidades e gestão. **Revista Brasileira de Empreendedorismo**, v. 18, n. 1, p. 15-30, 2024.

SANTOS, F. M. A positive theory of social entrepreneurship. **Journal of Business Ethics**, v. 111, n. 3, p. 335-351, 2012.

SAUERMAN, Mi. P. Social Entrepreneurship as a Tool to Promoting Sustainable Development. In. **Low-Income Communities: An Empirical Analysis**, 2023. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4400669>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364–372, set. 2009.

SEBRAE MINAS. Sebrae Minas premia experiências em educação empreendedora no estado. **Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2019/06/sebrae-minas-premia-experiencias-em-educacao-empREENDEDORA-no-estado.html>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SHAHID, S. M.; ALARIFI, G. Social entrepreneurship education: A conceptual framework and review. **International Journal of Management in Education**, v. 19, n. 3, Article 100533, 2021. DOI: 10.1016/j.ijme.2021.100533.

SILVA, A. A. M. da. Intervenções precoces para a redução de vulnerabilidades e melhora do desenvolvimento infantil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-3, mar. 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00030519. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6HMCKf9WTSy7YLVbjWkmPg/?lang=pt>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VIEIRA, A. M.; VIEIRA, R. **Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações**. 1. ed. Porto: Profedições, 2016.

ZAHRA, S. A.; GEDAJLOVIC, E.; NEUBAUM, D. O.; SHULMAN, J. M. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 519-532, 2009.